

## *O Contraponto Paulista:*

### **OS ESTUDOS DE FLORESTAN FERNANDES E ORACY NOGUEIRA NO PROJETO UNESCO DE RELAÇÕES RACIAIS\***

*A Paulista Counterpoint: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira,  
and the UNESCO Project on Race Relations*

**Marcos Chor Maio**<sup>1</sup>

#### **RESUMO**



Este artigo tem por objetivo analisar os estudos de Florestan Fernandes e de Oracy Nogueira sobre as relações raciais em São Paulo nos anos 1950 sob o patrocínio da Unesco. Professores dos mais importantes centros de ciências sociais do Brasil na época (Escola Livre de Sociologia e Política - ELSP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL/USP), Florestan e Oracy revelam diferentes perspectivas sobre as relações entre raça e classe. Enquanto no estudo de Florestan, raça está subsumida à classe, na investigação de Oracy verifica-se que as intersecções entre raça e classe nas análises das disparidades raciais não podem ser explicadas apenas pelas desigualdades sociais. Desse modo, o ciclo de pesquisas da UNESCO revelou diferentes visões acerca do racismo no Brasil.

*Palavras-chave: Unesco. Pensamento Social no Brasil. História das Ciências Sociais no Brasil. Racismo. Raça.*

#### **ABSTRACT**



This article aims to analyze the studies of Florestan Fernandes and Oracy Nogueira on race relations in São Paulo in the 1950s under the auspices of Unesco. Professors of the most important centers of social sciences in Brazil at the time (Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP - Free School of Sociology and Politics, and Faculdade de Filosofia Ciências e Letras/USP- Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, University of São Paulo), Florestan and Oracy reveal different perspectives on the relationship between race and class. While in Fernandes's work race was subsumed under class, Nogueira saw an intersection of race and class in which racial disparities could not be explained by social inequalities alone. Thus the UNESCO research called attention to differing interpretations of Brazilian racism.

*Keywords: UNESCO. Brazilian social thought. History of the social sciences in Brazil. Racism. Race Relations in Brazil.*

\* Este artigo é uma versão ampliada de "Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, and the UNESCO Project of Race Relations in São Paulo", publicado na revista *Latin American Perspectives*, vol. 38, n. 3, 2011, p. 136-149.

<sup>1</sup> Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Bolsista de produtividade 1C do CNPq.

## *Introdução*

Lembrando-se de sua experiência como aluno da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), o antropólogo Darcy Ribeiro (1920-1997) observou que:

“[Donald] Pierson era um excelente professor de sociologia, sistemático, dedicado, convicto de que cultivava uma ciência séria. (...) [Ele] só tinha uma tristeza na vida. Seus melhores alunos, Oracy [Nogueira], Florestan [Fernandes] e eu, tinham, para seu paladar, um detestável sabor comunista” (RIBEIRO, 1997: 125).

No início dos anos 1940, Pierson (1900-1995) foi responsável pela criação dos estudos pós-graduados na ELSP e tornou-se um dos principais protagonistas da então incipiente profissionalização das ciências sociais no Brasil. Entre seus alunos diletos, segundo Darcy, Oracy Nogueira (1917-1996) e o antropólogo foram do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enquanto Florestan Fernandes (1920-1995) militou no Partido Socialista Revolucionário, grupo trotskista ligado à IV Internacional (RIBEIRO, 1997; FERNANDES, 1991).

Darcy, Oracy e Florestan estavam simultaneamente inseridos no processo de institucionalização das ciências sociais e mantinham uma militância político-intelectual centrada na reforma social em face das transformações urbano-industriais em curso na sociedade brasileira. Na perspectiva de Pierson, por sua vez, a sociologia seria “uma disciplina de pesquisa, não-especulativa e não normativa, de caráter sistemático, interessada primordialmente no desenvolvimento de suas formulações teóricas por meio de investigações concretas e comparativas...” (PIERSON, 1945: 365). Embora o padrão de trabalho sociológico de Donald Pierson tenha influenciado sobremaneira a formação de seus alunos, estes se viram gradativamente comprometidos com as mudanças, com o papel relevante que os cientistas sociais deveriam assumir numa era de transformações sociais. O ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil patrocinado pela UNESCO no início dos anos 1950 é um indicador preciso desse novo momento da história das ciências sociais no país.

Após realizarem o mestrado na ELSP, Oracy e Florestan seguiram caminhos distintos. Em 1945, o primeiro, professor e pesquisador da ELSP, foi para os EUA a fim de realizar o curso de doutoramento no renomado Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Florestan, por sua vez, professor da Universidade de São Paulo (USP), realizou no final dos anos 1940 seu doutorado na instituição. Na década de 1950, eles participaram de um projeto patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) sobre as relações raciais no Brasil no contexto de uma campanha mundial contra o racismo liderada pela instituição internacional. As investigações foram desenvolvidas em

regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste.<sup>2</sup> Dentre os pesquisadores que participaram do projeto encontram-se: Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Virginia Bicudo, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros.

Este artigo tem por objetivo analisar os estudos de Florestan Fernandes e de Oracy Nogueira sobre as relações raciais em São Paulo, no âmbito do “projeto UNESCO”, abordando simultaneamente alguns aspectos de suas trajetórias sociais e intelectuais. Em suas pesquisas, eles não somente apresentam críticas quanto à perspectiva de Donald Pierson sobre as interações raciais no Brasil, como revelam visões distintas sobre as relações entre raça e classe. Enquanto no estudo de Florestan, raça está subsumida à classe, na investigação de Oracy há um cruzamento de raça e classe em que as assimetrias raciais não podem ser reduzidas às desigualdades sociais. Assim, o ciclo de pesquisas da UNESCO revelou diferentes olhares acerca do racismo à brasileira.

### *Construindo o projeto UNESCO*

A UNESCO foi criada no imediato pós-2ª. Guerra Mundial. Em 1949 definiu uma agenda de combate ao racismo, ainda sob o impacto do genocídio nazista e da ampla e persistente visibilidade do racismo e do colonialismo. Naquele contexto, o Brasil foi visto como contraponto, em perspectiva comparada, às violentas experiências de racismo nos EUA e na África do Sul. Como consequência dessa premissa, uma rede transatlântica de cientistas sociais (Charles Wagley, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Marvin Harris e outros), predominantemente de esquerda, desenvolveu pesquisas no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia, em áreas tradicionais e modernas, gerando um diversificado quadro interpretativo das relações raciais no Brasil. Os participantes das pesquisas verificaram a um só tempo as desigualdades sócio-raciais existentes no país e as possibilidades de superação do racismo à brasileira (MAIO, 1999).

No início de 1950, o antropólogo suíço-americano Alfred Métraux (1902-1963), chefe da Divisão de Estudos Raciais do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, e seu principal assistente, o antropólogo brasileiro Ruy Coelho (1920-1990), ex-aluno de Roger Bastide na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e de Melville Herskovits na Universidade de

---

<sup>2</sup> Os resultados das pesquisas do Projeto Unesco foram publicados em WAGLEY ET ALLI (1952), AZEVEDO (1953), COSTA PINTO (1953), BASTIDE E FERNANDES (1955), NOGUEIRA (1955a) e RIBEIRO (1956). Sobre a história do Projeto Unesco ver MAIO (1997; 1999).

Northwestern, tornaram-se uma espécie de “grupo de pressão latino-americano” no interior da UNESCO.<sup>3</sup>

Em princípio, apenas a Bahia participaria do programa da UNESCO (MÉTRAUX, 1950) em função de uma longa tradição de estudos sobre o negro na cidade de Salvador, símbolo da “África no Brasil”, microcosmo da suposta nação cultural e racialmente democrática. Esta representação da sociedade brasileira produzida por intelectuais brasileiros e estrangeiros (Ruth Landes, Franklin Frazier, Gilberto Freyre, Arthur Ramos), especialmente nos anos 1930 e 1940, como nos mostra Dantas (1988), adequava-se, em princípio, a visão que a UNESCO tinha do Brasil. A opção Bahia seria facilitada pela presença do antropólogo Charles Wagley,<sup>4</sup> que coordenava uma série de “estudos de comunidade” com seus alunos de pós-graduação por meio do convênio Universidade de Columbia/Estado da Bahia (WAGLEY, AZEVEDO & COSTA PINTO, 1950) tendo em vista a adoção de políticas de desenvolvimento (educação e saúde). Ao conjunto de pesquisas na Bahia foi incluída uma investigação sobre a mobilidade social dos negros na cidade de Salvador, dirigida pelo antropólogo Thales de Azevedo.<sup>5</sup>

No processo de discussão do projeto, o psicólogo social da Universidade de Columbia, Otto Klineberg – ex-professor do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo entre 1945 e 1947 e então consultor da UNESCO - ponderou que era necessário ampliar o escopo da pesquisa para contemplar a diversidade de situações raciais existente no país, a exemplo de São Paulo e Bahia (KLINEBERG, 1950).<sup>6</sup> Wagley assumiu posição semelhante a Klineberg.<sup>7</sup> O sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, do Departamento de Ciências Sociais da então Faculdade Nacional de Filosofia, propôs uma investigação na cidade do Rio de Janeiro sobre “as tensões raciais em área metropolitana (...) em franco processo de industrialização”.<sup>8</sup>

Em setembro de 1950, Alfred Métraux entrou em contato com o sociólogo francês Roger Bastide, da USP, autor de uma série de estudos sobre o negro no Brasil (Bastide, 1973).<sup>9</sup> Bastide, assim como Wagley e Costa Pinto, acabara de participar do Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, realizado em agosto de 1950 no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do Teatro

---

3 Em carta a Heloísa Alberto Torres, então Diretora do Museu Nacional, Alfred Métraux afirmava que “the tiny division that I occupy at UNESCO [Division for the Study of Race Problems] is entirely Brazilian. As I write, I hear only Portuguese spoken around me. My assistant is Ruy Galvão de Andrade Coelho, strongly recommended by [Melville] Herskovits. My Secretary, Miss Bloch, is almost Brazilian.” Carta de Alfred Métraux a Heloísa Alberto Torres, 10/10/1950, Arquivo Histórico Heloísa Alberto Torres, Itaboraí, Rio de Janeiro.

4 Carta de Charles Wagley a Alfred Métraux, 18/6/1950, p. 1. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part I up to 30/VI/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

5 Carta de Ruy Coelho a Charles Wagley, 27/7/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

6 Klineberg, Otto. “Comments on memorandum regarding research on race relations in Brazil”, 1/8/1950, REG 323.1, Box 145. UNESCO Archives.

7 Carta de Charles Wagley a Ruy Coelho, 6/9/1950, p. 2. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

8 Carta de Luiz de Aguiar Costa Pinto a Alfred Métraux, 31/7/1950, p. 1. Statement on race. REG file 323.12 A 102. Part I (caixa 146), Arquivos da Unesco.

9 Carta de Alfred Métraux a Roger Bastide, 18/8/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

Experimental do Negro (TEN), uma associação político-cultural que teve sua fase áurea na passagem dos anos 1940 para 1950. O objetivo do evento foi o de aproximar cientistas sociais e intelectuais do movimento negro em busca de uma intervenção política esclarecida no enfrentamento do racismo no Brasil (NASCIMENTO, 1982).

Em sua resposta a Métraux, Bastide considerava, ainda sob o impacto do Congresso do TEN, que o plano da UNESCO não deveria se limitar a um ciclo de pesquisas. Era fundamental dar um sentido político às reflexões teóricas, estimulando uma atitude cooperativa entre intelectuais brancos e associações negras<sup>10</sup>. Métraux, por sua vez, entendia que a pesquisa numa cidade em fase de acelerado processo de desenvolvimento econômico “nos apresenta uma oportunidade única para conhecer os fatores suscetíveis de provocar antagonismos raciais que, outrora, se achavam em estado latente ou careciam de virulência”.<sup>11</sup> A pesquisa em São Paulo expressava a tensão entre política e ciência, entre as expectativas iniciais da UNESCO com respeito ao Brasil enquanto um país constituído por uma sociedade sem conflitos raciais, e a produção de conhecimento científico abrangente acerca da diversidade das relações raciais existente na sociedade brasileira. Em carta a Melville Herskovits, ele dizia:

Contrariamente a meus planos anteriores, a Bahia não será mais o foco de nosso projeto. (...) [D]everemos nos concentrar na situação racial em São Paulo que está em vias de se deteriorar rapidamente. Dr. Costa Pinto empreenderá um estudo semelhante – porém em menor escala – no Rio de Janeiro. Espero conseguir, no final do ano, um quadro da situação racial no Brasil que seja próximo da realidade e que cubra, ao mesmo tempo, tanto seus aspectos positivos quanto negativos.<sup>12</sup>

As relações entre industrialização, urbanização e tensões raciais apontadas em diferentes níveis por Klineberg, Wagley, Costa Pinto, Bastide, Métraux em São Paulo e Rio de Janeiro, e o debate sobre o racismo ocorrido no Congresso do Negro Brasileiro contribuíram para a ampliação do projeto da UNESCO. No caso do contraponto paulista, os sociólogos Florestan Fernandes (FFCL-USP) e Oracy Nogueira (ELSP), pertencentes aos mais importantes centros de ciências sociais do Brasil desenvolveram respectivamente estudos na cidade de São Paulo e numa comunidade do interior paulista, Itapetininga, revelando visadas sociológicas distintas sobre o tema das relações raciais.

---

10 Carta de Roger Bastide a Alfred Métraux, 9/9/1950. Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco.

11 Métraux, Alfred. “Rapport au directeur général sur mission au Brésil (16 nov. - 20 déc. 1950)”, in Race questions & protection of minorities. REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (caixa 145), Arquivos da Unesco, p. 5.

12 Carta de Alfred Métraux a Melville Herskovits, 29/1/1951, p. 1. Statement on Race. REG file 323.12 A 102. Part II (caixa 147), Arquivos da Unesco.

## *Florestan Fernandes: do Folclore ao Projeto UNESCO*

Em São Paulo, as ciências sociais se desenvolveram a partir de duas instituições de ensino superior: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em 1934 (LIMONGI, 1989; MICELI, 1989; CANDIDO, 1958). Roger Bastide (USP) e Donald Pierson (ELSP) foram os principais contatos de Métraux para a organização da pesquisa em São Paulo. Com a impossibilidade de Pierson vir a participar da investigação, por ter assumido a coordenação de um amplo conjunto de estudos de comunidade no Vale do Rio São Francisco, o sociólogo Oracy Nogueira o substituiu ficando responsável pelo estudo de um município do interior paulista.<sup>13</sup>

No caso de Florestan, o “projeto UNESCO” exerceu papel central na inflexão da trajetória acadêmica de Florestan, quando se desloca da antropologia para sociologia (PEIRANO, 1981). Ele contribuiu para a mudança do padrão de pesquisa dominante na FFCL/USP, vigente até o início dos anos 1950. Em suas palavras,

nenhum recurso financeiro; nenhum estímulo e nenhuma orientação para o trabalho organizado; nenhuma possibilidade de pesquisa em equipe. O padrão de pesquisa explorado consistia na aventura pessoal. Alguém mais arrojado lançava-se a uma investigação, sem contar com nada além do tempo que dispusesse do próprio lazer e de algumas sobras do próprio salário. Raramente caía do céu uma oportunidade promissora, como aconteceu com a pesquisa sobre as relações entre negros e brancos, suscitada pela UNESCO. (FERNANDES, 1976 [1962]: 59).

Florestan estreava no campo da sociologia com uma ampla investigação na capital paulista, tendo realizado até então estudos empíricos sobre manifestações folclóricas dos negros. Ele foi codiretor da pesquisa da UNESCO, junto com o sociólogo Roger Bastide. Filho de uma família de poucos recursos, obrigado a trabalhar enquanto estudava, a trajetória de Florestan rompe com um padrão recorrente pelo qual a atividade intelectual era um privilégio de filhos da diminuta elite econômica e social do país (FERNANDES, 1995).

Como aluno de graduação, Florestan havia abordado o tema do negro a partir de monografias sobre temas folclóricos em cursos ministrados por Emílio Willems e Roger Bastide na FFCL. Com base na coleta de registros da cultura oral, Florestan evidenciou um conjunto de estereótipos na tradição folclórica dividido entre imagens que reiteravam a suposta vocação do negro para o trabalho braçal e do branco para as atividades intelectuais. A subalternização do negro no âmbito econômico aparece na avaliação sempre negativa de

---

13 Métraux, Alfred (1951a). “Rapport au directeur général sur mission au Brésil (16 nov. - 20 déc. 1950)”, in *Race questions & protection of minorities*, 1951, REG 323.1. Part II up to 31/VII/50 (BOX REG 145), Unesco Archives, p. 5.

sua atividade social, revelando assim o preconceito de cor. Este preconceito é responsável pela baixa auto-estima e pelo ressentimento entre os negros (FERNANDES, 1972).

Florestan continuou a se interessar pelos estudos étnicos elaborando sua dissertação de mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política, sobre *A Organização Social dos Tupinambá*, defendida em 1947. Quando estava para concluir sua tese de doutorado sobre a *Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, em 1951, incorporou-se ao ciclo de pesquisas da UNESCO em São Paulo. Ficou responsável pela elaboração do projeto, que sofreu alterações a partir das ponderações de Roger Bastide em relação às duras críticas de Fernandes a Donald Pierson, por este ter concluído em *Negroes in Brazil* pela inexistência do preconceito e da discriminação raciais no Brasil (BASTIDE; FERNANDES, 1951: 14).

Na divisão do trabalho com o sociólogo Roger Bastide, Florestan assumiu a responsabilidade pela análise da posição do negro na história econômica de São Paulo, pelo exame do preconceito em uma estrutura social que se modifica e pela avaliação das reações ao preconceito de cor. O primeiro capítulo (“Do Escravo ao Cidadão”) prende-se a evolução da estrutura socioeconômica. Florestan reconstituiu historicamente, no âmbito da sociedade paulista, o papel desempenhado pelos índios e negros escravizados no sistema econômico colonial e as mudanças no perfil étnico da população decorrentes da transição lenta e tardia para o capitalismo (FERNANDES, 1955a: 30). Com o declínio da produção aurífera no final do século XVIII, o elevado número de escravos negros concentrados no trabalho de exploração das minas passa a constituir um dos fatores dinamizadores do sistema de produção agrícola em São Paulo, favorecendo a substituição da agricultura de subsistência pela grande lavoura, regime econômico mais complexo capaz de abarcar o excedente de mão de obra que se tornara oneroso para os senhores (*idem*, p. 29). A partir da proibição do tráfico negreiro em meados do século XIX, o braço escravo torna-se insuficiente para suprir a crescente demanda por mão de obra, decorrente da expansão do cultivo do café (IBIDEM, p. 41). Segue-se, então, investimentos dos fazendeiros paulistas na importação do trabalhador livre europeu.

A passagem do negro de escravo a trabalhador livre foi um processo penoso que acompanhou a origem do desenvolvimento do sistema capitalista em São Paulo. Sua elevação à condição de cidadão após a Abolição restringiu-se apenas ao estatuto legal. Os homens livres de cor não foram beneficiados por medidas compensatórias diante de séculos de escravidão. Eles ainda sofreram a competição exercida pelo intenso fluxo migratório europeu, sendo eliminados parcialmente do sistema de trabalho (IBIDEM, p. 48). Vivendo em condições sociais degradantes, a população de pardos e negros se manteve à margem do surto comercial e industrial que transformou a cidade de São Paulo em uma grande metrópole no início do século XX (IBIDEM, p. 52). Apenas gradativamente, mestiços e negros foram absorvidos pelo meio urbano, ainda assim limitando-se a atividades manuais de baixa remuneração (IBIDEM, p. 52-56).

O desenvolvimento econômico de São Paulo, segundo Florestan, especialmente a partir da década de 1930, cria novas oportunidades de emprego e melhores salários para os negros, particularmente na construção civil. Ocorrem, neste momento, um processo de proletarianização e o surgimento de uma pequena classe média negra. As transformações na estrutura produtiva geraram mudanças na mentalidade e nas aspirações da população negra, a exemplo da valorização da educação formal. Negros e pardos adquirem maior capacidade de enfrentar a competição com os brancos no mercado de trabalho. Estas transformações se refletem também em um novo estilo de comportamento, resultante da assimilação de ideais urbanos, de novos padrões de consumo (IBIDEM, p. 59).<sup>14</sup>

Ao final do primeiro capítulo, Florestan observa que a integração gradativa dos negros à nova sociedade de classes favoreceu o “ajustamento interracial”, e isto na medida em que os trabalhadores brancos não se sentiram ameaçados de imediato pela concorrência que os libertos poderiam representar. Os ressentimentos contra o negro estiveram restritos a alguns membros da antiga camada senhorial (IBIDEM, p. 60).

No segundo capítulo (“Cor e Estrutura Social em Mudança”), Florestan aborda as “implicações sociológicas” de sua análise precedente. Ao longo do regime escravista, o processo de exploração da mão de obra servil gerou símbolos e comportamentos que reforçaram a importância da cor e das diferenças raciais nas relações entre brancos e negros. “Negro” e “escravo” tornaram-se noções intercambiáveis. Nas palavras de Florestan, as “raças ‘negras’ se compunham de indivíduos que se caracterizavam duplamente: pela condição de escravo e pela cor da pele” (IBIDEM, p. 91). O acesso a papéis sociais privilegiados eram vedados a negros e mulatos tanto pela “condição social” quanto pela “cor”. Além de ser um símbolo da posição social do indivíduo, a cor também alimentou representações sociais acerca da “inferioridade das raças negras” que serviram de justificação e racionalização da “conduta espoliativa dos brancos” (IBIDEM, p. 71).

Florestan analisa a discriminação e o preconceito raciais do ponto de vista da função social que desempenharam na ordem senhorial escravocrata. A discriminação racial serviu à reprodução das condições sociais, econômicas e políticas desiguais que asseguravam a dominação dos brancos (IBIDEM, p. 74 – 80). O preconceito de cor, por seu turno, operou no sentido da preservação da integridade social da camada senhorial branca, e por isto sua manifestação esteve concentrada na oposição ao casamento inter-racial. Estas proibições não impediram a miscigenação, que ocorria, no entanto, nas margens da configuração da família extensa, no âmbito de relações extraconjugais entre o senhor branco e a mulher negra escravizada, e dificilmente implicava equiparação social entre os representantes dos dois grupos (IBIDEM, pp. 73 – 74). Ao afirmar que a miscigenação não constituía indício seguro para se avaliar a ausência de preconceito na vida social, Florestan distanciava-se do

---

14 Para uma análise abrangente da modernização de São Paulo nos anos 1950 e a atuação dos intelectuais, inclusive Florestan Fernandes ver ARRUDA, 2001.

enfoque positivo de Donald Pierson, um importante interlocutor ao longo da pesquisa da UNESCO em São Paulo.

Florestan também discorda da interpretação de Pierson sobre os casos de ascensão social de “homens de cor”, valorizados sobremaneira pelo sociólogo norte-americano em sua análise da relação entre raça e estratificação social na Bahia (PIERSON, 1945). Para Florestan, a ascensão esteve restrita a casos isolados que não alteraram substantivamente nem a posição recíproca dos grupos étnicos na estrutura social nem as representações negativas com base na cor. As exceções apenas atestavam as dificuldades envolvidas na superação das barreiras de cor, que dependia, fundamentalmente, da aquisição de prestígio social do indivíduo mediante sua incorporação à camada branca senhorial, e, em segundo lugar, da “herança atenuada de caracteres físicos das ‘raças negras’” (IBIDEM, p. 101). Do ponto de vista do funcionamento da ordem social escravocrata, a ascensão facilitava a conservação da dominação racial branca “mediante a assimilação dos elementos mestiços capazes de competir econômica, social e politicamente com os brancos” (FERNANDES, 1955b: 102).

As diferenças de Pierson e Florestan quanto à compreensão do significado da miscigenação e da mobilidade social repousam em visões distintas sobre a natureza das relações tradicionais entre negros e brancos no Brasil. Pierson atribui importância sociológica aos contatos íntimos entre senhores e escravos na casa grande na formação de uma sociedade estratificada em classes, e não em raças, e de uma ideologia miscigenacionista, avessa ao preconceito racial, ao passo que Florestan insiste no caráter assimétrico das relações entre negros e brancos, e não deixa de notar que, mesmo quando se desdobram no âmbito familiar e doméstico, elas são atravessadas por tensões e atitudes negativas com relação à cor (BASTIDE; FERNANDES, 1951: 35 – 36).

Em 1954, já com a publicação de parte dos resultados da pesquisa pela revista paulista *Anhembi*, cujo editor era Paulo Duarte, Pierson endereça a Florestan Fernandes uma carta que evidencia suas divergências teórico-metodológicas. O sociólogo norte-americano cobra do ex-aluno, em tom professoral, mais atenção às “relações especificamente humanas”, tão ou mais significativas, a seu ver, que as “relações econômicas” e as “relações estruturais mais formais”.<sup>15</sup> Na sua avaliação, estas últimas haviam recebido destaque excessivo na análise histórica efetuada por Florestan. Pierson conclui sua crítica com uma declaração de princípio reveladora de seu ponto de vista sobre as relações inter-étnicas:

Os homens sempre entram em relações econômicas e formais, é verdade. Mas eles não vivem por meio dessas relações econômicas e formais apenas. Cedo ou tarde, todos os seres humanos que entram em contato, especialmente se esse contato for de caráter primário, descobrem sua origem humana comum. (IBIDEM, p. 2)

---

<sup>15</sup> Carta de Donald Pierson a Florestan Fernandes em 22. 02. 1954, p. 2. Fundo Florestan Fernandes, 02.09.2462, UFScar.

Ao valorizar analiticamente o contato interpessoal e direto entre os indivíduos bem como os significados e sentimentos comuns que emergiam deste encontro, a perspectiva interacionista de Pierson se tornava incompatível com a preocupação de Florestan. Para o sociólogo paulista importava sublinhar as posições radicalmente distintas que, historicamente, negros e brancos haviam ocupado na estrutura socioeconômica – posições estas que implicavam subalternidade e dependência, e não reciprocidade ou igualdade, nas relações entre os representantes dos dois grupos.

Na conclusão do segundo capítulo, Florestan Fernandes aborda as relações entre raça/cor e classe no processo de transição do sistema escravocrata à sociedade capitalista. Ele observa a existência de um descompasso entre as aceleradas transformações das relações sociais e a preservação de um domínio de interações raciais herdado da escravidão. Permaneceram em funcionamento mecanismos de controle das relações entre brancos, mulatos e negros afinados com o antigo regime. Nas palavras de Florestan: “as mudanças que se operaram não produziram a assimilação dos negros e dos mestiços, coletivamente, ao novo regime de classes sociais em emergência. As diferenças de posição social e de padrão de vida não perderam, por conseguinte, a função de servir como fundamento material e como fonte de justificação ou de disfarce às manifestações de preconceito de cor”. (FERNANDES, 1955b: 118)

O fim da ordem social escravocrata em São Paulo não provocou alterações significativas nas posições sociais de brancos, negros e pardos em função, entre outros aspectos: 1) da importância secundária da força de trabalho negra nos primórdios do capitalismo urbano-industrial em comparação com o passado escravocrata, devido à competição com os imigrantes; 2) da fixação dos negros em atividades sociais mal remuneradas, que não contribuíram para a melhoria de seu padrão de vida nem para o aumento de seu reconhecimento social (IBIDEM, p. 109). A situação marginal do negro face ao processo de desenvolvimento capitalista favoreceu a persistência de “sobrevivências do passado”, como os estereótipos com base na cor, incongruentes com a “nova condição civil dos indivíduos de cor e com a organização da sociedade de classes em emergência” (IBIDEM, p. 110).

Detendo-se no exame da situação racial no início dos anos 1950, Florestan afirma que as representações sociais desfavoráveis só podiam “transformar-se radicalmente sob a pressão dos fatos”, isto é, mediante a modificação do lugar que os negros em geral ocupavam na sociedade (IBIDEM, p. 118). Ao mesmo tempo, a “herança do passado” criava uma situação dilemática, um “círculo vicioso”, nas palavras de Florestan, uma vez que a mudança, no plano das mentalidades, das concepções e atitudes negativas referentes à cor dependia da alteração da posição social do negro, de sua ascensão coletiva, ao passo que esta era dificultada pela vigência daquelas mesmas atitudes, que limitavam seu acesso, no mercado de trabalho, “às probabilidades de atuação social asseguradas pelo regime de classes [...]”, e

perpetuavam seu baixo padrão de vida (IBIDEM, p. 119).<sup>16</sup> Pressões culturais e condições materiais reforçavam-se mutuamente.

Não obstante reconheça a força da tradição, Florestan se pergunta pela existência de tendências atuando em sentido oposto, isto é, como “fatores de desagregação” do sistema de relações raciais gestado no regime escravocrata. Este questionamento, a seu ver, associava-se intimamente ao papel do cientista social no processo de transição da ordem social tradicional para a moderna: “Cumpra ao sociólogo interpretar esses fenômenos, procurando esclarecê-los à luz das situações histórico-sociais herdadas e dos processos sociais que se formaram no seio delas, mas operam como fatores de mudança social.” (IBIDEM, p. 118).

Neste sentido, Florestan observa que têm predominado historicamente, na cidade de São Paulo, “os princípios de integração estrutural sobre as diferenças raciais, étnicas e culturais” (IBIDEM, p. 119). Na estratificação social do passado, as diferenças de “nível social” entre os indivíduos eram mais determinantes que as “linhas de cor”. Estas haviam sido, inclusive, “produto natural da posição ocupada pelos representantes das ‘raças’ em contato no sistema de relações econômicas” (IBIDEM, p. 119). Da mesma forma, no contexto de emergência do capitalismo, raça teve papel secundário na seleção da força de trabalho e nas transformações das relações inter-raciais (IBIDEM, p. 67). Nas palavras de Florestan: “à estratificação social de São Paulo corresponde ou se superpõe uma estratificação (...) racial” (IBIDEM, p. 68). Prestígio e condição social são fatores mais decisivos do que raça ou cor na organização da vida social em São Paulo.

Ao afirmar que prestígio e condição social são fatores mais decisivos do que raça ou cor na organização da vida social em São Paulo, Florestan revela certa afinidade com Pierson. Suas reflexões também se inspiram em balanço bibliográfico sobre atitudes raciais no Brasil elaborado pelo sociólogo Emilio Willems, seu ex-professor na ELSP e na USP, expressas na afirmação: “a classe social aparece como um fator de integração mais forte do que a influência segregadora das diferenças raciais” (WILLEMS, 1949: 407). Florestan acrescenta: “é patente que a identificação que se estabelecera no passado entre a dominação senhorial e a dominação de um grupo de ‘raças’ sobre outro tende a desaparecer na nova ordem social, que se elabora em conexão com o desenvolvimento de São Paulo como uma sociedade de classes.” (FERNANDES, 1955b: 119-120).

---

16 Essa questão já havia sido levantada por Florestan e Bastide no projeto de pesquisa submetido à Unesco: “Existem ‘barreiras raciais’ em São Paulo? Poder-se-á dizer que sim, desde que se subentenda que não são da mesma espécie que as existentes nos Estados Unidos. Em regra, os negros se encontram diante dos seguinte dilema: o acesso a determinadas posições ou serviços é dificultada pela falta de qualificação técnica; mas, a qualificação técnica nem sempre garante a seleção racional, isto é, ela pode ser relegada para segundo plano, por causa da ‘cor’. Ou seja, a carreira social do negro apresenta aspectos peculiares; aqui se evidenciam tanto os efeitos do equipamento cultural tradicional dos pretos, que tem limitado seu horizonte intelectual – prejudicando-os, inclusive, na competição com os brancos, especialmente os imigrantes e seus descendentes – quanto os efeitos inibidores do ‘preconceito de cor’ propriamente dito, o qual interfere na formação de ideais de vida dos negros [ligados à ascensão social]” (BASTIDE E FERNANDES, 1951, pp. 34 – 35). Sobre os diferentes enfoques entre Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre as relações raciais, ver PEIXOTO, 2000; MAIO, 1997.

Florestan considera que a manutenção de medidas discriminatórias torna-se cada vez mais incompatível com o avanço da sociedade urbano-industrial e a inserção dos negros na nova estrutura da sociedade de classes: “[...] na ordem social capitalista, quebra-se a tendência ao desenvolvimento paralelo da estrutura social e da estratificação racial” (IBIDEM, p. 110). Em diversas passagens de seu estudo fica evidente que “raça” tem um apelo cada vez mais limitado, tornando-se um resíduo no processo de desenvolvimento da nova ordem.

O sociólogo pondera que não é possível concluir que “o preconceito de cor e as medidas de discriminação baseadas na cor sejam completamente eliminados no futuro” (IBIDEM, p. 120), mas admite “que se está constituindo uma nova constelação das relações raciais, na qual a integração social não sofrerá, provavelmente, uma influência tão intensa de determinações socioculturais ligadas com as diferenças raciais e com as gradações da cor da pele, como ocorreu no passado” (IBIDEM, p. 120). Isto é, em se tratando das relações impessoais e formais, baseadas principalmente na “convergência de interesses sociais”, que caracterizavam a economia urbana em desenvolvimento, tornava-se maior a aceitação de negros e mulatos. Por outro lado, havia ainda resistência em acolhê-los no âmbito íntimo e privado, no plano das “relações com fundamento na correspondência afetiva e na simpatia” (IBIDEM, p. 121), o que indicava a possível perpetuação do preconceito de cor.

No terceiro capítulo (“A Luta Contra o Preconceito de Cor”), Florestan aborda as formas de enfrentamento do racismo em São Paulo. O surgimento de movimentos negros é um elemento positivo na configuração da nova ordem social capitalista, sendo responsável tanto pela criação de limites às atitudes racistas dos brancos como pela canalização da revolta da população de cor visando ao resgate de sua autoestima e à viabilização da luta por interesses comuns (FERNANDES, 1955c: 193).

Não obstante a preservação das relações assimétricas entre brancos e negros, a opinião pública no Brasil está informada pela ideologia da integração nacional acima das diferenças raciais. Identificando-se com este valor, os movimentos sociais negros que se organizam a partir dos anos 1920 e começam a denunciar as manifestações de discriminação e preconceito racial, reivindicam que a igualdade racial torne-se uma realidade (IBIDEM, p. 194-195).

Após a Revolução de 1930, surgiu um quadro mais favorável à criação de grupos destinados à reivindicação da ascensão social e política dos grandes contingentes de negros e pardos (Frente Negra Brasileira e Associação dos Negros Brasileiros). Eles se preocuparam em valorizar a instrução, a cultura e a história dos negros, enfatizando, especialmente, a necessidade de preparo para a competição com os brancos. Em suma, o principal objetivo das associações de cor é “libertar os negros de uma herança social incômoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de

classes sociais, substituindo-a por valores sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida social urbana” (IBIDEM, p. 204)<sup>17</sup>.

Ao afirmar que movimentos reivindicatórios organizados com base na cor surgiram em resposta a “necessidades sociais”, e atuavam no sentido de reforçar a integração do negro à nova ordem social, Florestan pretende rebater a crítica de intelectuais brancos, que contestavam a ‘razão de ser’ daqueles no contexto brasileiro, atribuindo-a a “idiossincrasias de alguns líderes de cor contra os brancos” (IBIDEM, p. 210). Para Florestan, os brancos, de sua “perspectiva histórico-social”, informada pelos ideais integracionistas, não teriam sido capazes de reconhecer a situação adversa do negro em São Paulo e, portanto, de identificar o sentido do movimento negro emergente (IBIDEM, p. 207). Eles “não encontram em sua cultura explicação que permita tomar consciência da discriminação e do preconceito com base na cor como um problema social” (IBIDEM, p. 197).

Ao analisar a ação do Estado contra o preconceito de cor, Florestan chama a atenção para a repercussão da aprovação da primeira lei antirracista brasileira, Lei Afonso Arinos (1951)<sup>18</sup>, no “meio negro”, que variou desde a crença otimista em sua eficácia até atitudes de reserva, desconfiança e decepção, passando ainda por avaliações mais ponderadas e matizadas sobre os impactos da legislação. Dentre as críticas à lei registradas pelo sociólogo, destacam-se: a) a necessidade de complementá-la com uma política de Estado de “assistência econômica aos negros”; b) as dificuldades práticas envolvidas em seu cumprimento; c) o alcance real de seus benefícios, que estaria limitado aos setores médios da população de cor (IBIDEM, p. 216). Houve ainda quem enxergasse na lei ao menos o “reconhecimento oficial” da existência de preconceito contra negros no país (IBIDEM, p. 217).

No exame destas reações, Florestan se apoiou em grande medida nos depoimentos colhidos durante as reuniões da Comissão de Estudo das Relações Raciais. As reuniões foram realizadas no Auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo e no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo durante o ano de 1951. Segundo o sociólogo, três tipos de atitude sobressaíram nas justificativas de apoio ou rejeição à lei: 1) uma moderada, baseada na crença de que a superação do preconceito era possível nos marcos da ordem social vigente e de que a medida legal constituía um importante instrumento do negro contanto que este fosse instruído em seu uso correto; 2) uma radical, que associa a solução definitiva do preconceito de cor à transformação da sociedade no sentido da “democracia social”; 3) outra pessimista, que parte de uma falta de perspectivas quanto à alteração do quadro atual de relações raciais e define a lei como engodo (IBIDEM, p. 219 – 220).

Em seu esforço de compreender sociologicamente a origem das insatisfações com a Lei Afonso Arinos, Florestan Fernandes parece endossar a posição defendida por setores do

<sup>17</sup> Sobre os movimentos negros em São Paulo ver ANDREWS, 1991.

<sup>18</sup> Para uma análise da Lei Afonso Arinos ver GRIN & MAIO, 2013.

movimento negro interessados em ressaltar os vínculos entre preconceito de cor, discriminação racial e desigualdade econômica.<sup>19</sup> Neste sentido, o sociólogo afirma que parte das reações negativas decorria do alcance restrito da lei, já que esta proibia “manifestações do preconceito de cor que não atingem de forma considerável senão os negros e os mulatos da classe média, em vez de atacar os problemas cruciais das populações negras concentradas nas zonas urbanas” (IBIDEM, p. 222).

Os debates travados na Comissão de Estudo das Relações Raciais, fórum criado no contexto do projeto UNESCO reunindo cientistas sociais, intelectuais negros e lideranças de movimentos sociais, evidenciam esta afinidade de perspectivas entre o sociólogo e representantes de associações negras, principalmente em se tratando do exame das imbricações entre “classe” e “raça” na situação racial em São Paulo. Em suas falas e depoimentos, diversos intelectuais do movimento negro se opuseram à identificação absoluta das discriminações que pesavam sobre o negro a um preconceito de classe, mas insistiram, ao mesmo tempo, no fundamento econômico. Destacavam, assim, a íntima associação entre a permanência de amplos segmentos da população negra em condições precárias de vida e a reprodução de atitudes raciais discriminatórias.<sup>20</sup> A análise de Florestan, ao realçar a existência de um “círculo vicioso” entre obstáculos à ascensão social com base na cor e a localização dos negros nos estratos subalternos, pode ser lida como uma tradução sociológica das ideias que circulavam na militância negra ligando o racismo à pobreza.

Florestan estava imbuído de um otimismo sociológico característico dos anos 1950 em que a nova sociedade competitiva, aberta, igualitária, democrática sob o signo do desenvolvimento superaria a herança escravocrata. Enfim, modernidade e racismo seriam incompatíveis.

---

19 Comissão de Estudo das Relações Raciais entre Brancos Negros em São Paulo, Primeira Mesa-redonda, 8 de maio de 1951; Quinta Mesa-redonda, 26 de julho de 1951. 02.04.4531, Fundo Florestan Fernandes/ UFScar). Foram realizadas 11 reuniões sendo que a transcrição de 5 delas não foram localizadas.

20 Neste sentido, Jorge Prado Teixeira, presidente da Associação José do Patrocínio, responsável por presidir diversas mesas redondas da Comissão de Estudo das Relações Raciais, observa que “o preconceito de cor no Brasil [...] é fruto dessa diferenciação econômica, dessa disparidade social e intelectual que faz com que o branco esteja em uma situação mais privilegiada que o negro” (Comissão, Primeira Mesa Redonda, 8 de maio de 1951, p. 7, Fundo Florestan Fernandes/ UFScar.). O militante socialista Luiz Lobato, fundador do Clube Marxista Jabaquara, afirma que o preconceito de cor e o preconceito de classe manifestam-se com frequência de modo conjugado, e que a solução definitiva do problema depende da superação da desigualdade econômica existente entre os diferentes segmentos da sociedade (Comissão, Primeira Mesa Redonda, 8 de maio de 1951, p. 16; Sexta Mesa Redonda, 7 de agosto de 1951, p. 24, 02.04.4531, Fundo Florestan Fernandes/ UFScar). Arlindo Veiga dos Santos, fundador da Frente Negra Brasileira, associação criada em São Paulo nos anos 1930, pontua que as dificuldades de ascensão profissional enfrentada pelos negros, decorrentes em parte de atitudes discriminatórias, agravavam o “problema econômico” da população de cor e, por consequência, reforçam o preconceito (Comissão, Sexta Mesa Redonda, 7 de agosto de 1951, p. 17. 02.04.4531. Fundo Florestan Fernandes/ UFScar).

## *Oracy Nogueira e a Terceira Via*

Oracy Nogueira nasceu em Cunha, cidade do interior paulista, oriundo de uma família de classe média de professores da rede pública. Passou infância e adolescência nas cidades de Cunha, Catanduva e Botucatu (SP). Em meados dos anos 1930, transferiu-se para a cidade de São Paulo com a família após ficar internado em São José dos Campos (1936-37) para tratamento de uma tuberculose (NOGUEIRA, 1995 [1984]). Em 1940, ao concluir o curso de formação de professores, Nogueira ingressou na ELSP. Estudante-bolsista e assistente de pesquisa do sociólogo Donald Pierson, ele foi ainda aluno de Radcliffe-Brown, Emilio Willems, Herbert Baldus, entre outros. Formado pela Universidade de Chicago e autor de livro clássico *Negroes in Brazil* (1942), sobre as relações raciais na cidade de Salvador, Pierson criou no início da década de 1940 a divisão de estudos pós-graduados da ELSP, onde permaneceu por 16 anos. Ele exerceu papel central no desenvolvimento do ensino e da pesquisa em ciências sociais no país<sup>21</sup>.

Durante o bacharelado, elabora seu primeiro artigo, que versa sobre os preconceitos de anunciantes de São Paulo quanto à cor dos empregados, tendo como fonte anúncios de procura e oferta de emprego do *Diário Popular*, publicados ao longo do mês de dezembro de 1941. Nogueira evidencia, mediante levantamentos estatísticos e entrevistas com os anunciantes, as atitudes desfavoráveis em relação aos não brancos (NOGUEIRA, 1942a: 328). De um total de 245 anúncios que apontavam a cor branca como condição para admissão no cargo, <sup>22</sup> seis davam preferência a candidatos “de cor” e quatro mostravam indiferença em relação à cor (NOGUEIRA, 1942a: 334). Antes de se deter no exame das atitudes desfavoráveis a empregados negros, Nogueira apresenta o perfil social dos 239 anunciantes entrevistados. Pertencentes às classes médias e altas, eles constituíam um grupo heterogêneo do ponto de vista profissional (IBIDEM, p. 344-347).

Nogueira chama a atenção para os casos em que a preferência por empregados brancos era justificada com base na aparência dos indivíduos. Os negros não eram bem aceitos quando o cargo exigia o contato íntimo com os familiares no âmbito doméstico ou quando, no caso de estabelecimentos comerciais, era preciso interagir em espaços públicos com clientelas específicas, geralmente de classe alta. Havia, no entanto, maior condescendência para com mulheres negras em se tratando do trabalho de cozinheira, em que o contato com o público ou a aparência assumia importância secundária.

Nogueira pondera que o preconceito contra os negros em São Paulo não se limita ao “preconceito de raça, tal como se observa nos Estados Unidos [ou] na União Sul-Africana [atual África do Sul]”; tampouco ao “preconceito de classe, que atingiria [os pretos] de modo

21 Sobre a trajetória e o pensamento de Donald Pierson no Brasil ver OLIVEIRA (1995); LIMONGI (1989); S. V. NOVA, 1998.

22 Destes, a maioria não foi clara quanto à necessidade de observação rigorosa desta condição (cor branca), ao passo que em sete casos ou a cor do candidato foi tida como imprescindível (*conditio sine qua non*) ou os negros foram explicitamente excluídos (NOGUEIRA, 1942, p. 331).

indireto, por pertencerem, geralmente, às chamadas classes ‘inferiores.’” (IBIDEM, p. 357). Ele sugere uma terceira via: o preconceito de cor, que seria um “tipo de preconceito intermediário”, não se confundindo com o de natureza racial, próprio ao modelo norte-americano, no qual a ascendência negra, mesmo que longínqua, definiria a identidade racial do indivíduo, nem com o preconceito de classe, na medida em que negros e pardos localizados em posições sociais elevadas na estrutura social não estão imunes a atributos negativos derivados da cor (NOGUEIRA, 1942 a: 357).

O autor finaliza sua investigação chamando a atenção para o fato de que “a intensidade do preconceito de cor varia de acordo com as várias nuances que este atributo pode assumir no mestiço: quanto mais escuro é o indivíduo, mais ele sofre as consequências do preconceito de cor” (NOGUEIRA, 1942 a: 358). Desse modo, o artigo de Nogueira inicia um processo de afastamento da visão do seu ex-professor Donald Pierson que, durante um longo período, representou entre outros cientistas sociais, a perspectiva dominante no Brasil em matéria de relações raciais, ou seja, o preconceito de classe seria reinante na sociedade brasileira.

Entre 1942 e 1945, Nogueira realizou o curso de mestrado na ELSP simultaneamente ao início da carreira de professor da ELSP. Sua dissertação, publicada com o título de *Vozes de Campos do Jordão* (1950), deu continuidade ao estudo sobre o preconceito ao retomar, em chave socioantropológica, sua experiência pessoal com uma doença de acentuado sentido estigmatizante. Por meio de diversas técnicas de pesquisa, como observação participante, entrevistas, histórias de vida e análise documental de natureza variada, o livro analisa o “ambiente tuberculoso”, as interações entre os pacientes e destes com os profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e administradores) e a sociedade em geral, privilegiando os processos de redefinição da identidade e adaptação dos indivíduos ao novo mundo social produzido pela doença. O estudo dessa cicatriz social e individual aprofunda a reflexão de Nogueira sobre o preconceito. Nas suas palavras, “os dois anos de isolamento por motivo de doença a que fui forçado e a impressão de estigma que me ficou como seqüela contribuíram para aumentar minha empatia em relação às pessoas de cor que, embora por outra razão, eu percebia estarem também sujeitas a isolamento e estigmatização” (NOGUEIRA, 1995 [1984]: 130).

A vivência da internação num sanatório, a sensibilidade para a questão do racismo no Brasil e a formação na ELSP, onde a temática das relações étnico-raciais fazia parte do ensino e pesquisa da instituição, principalmente a partir dos problemas sociológicos introduzidos por Donald Pierson por meio de sua pesquisa na Bahia, influenciaram a decisão de Nogueira de realizar, no segundo semestre de 1945, o doutoramento em Sociologia na Universidade de Chicago com uma bolsa de estudo do Institute of International Education.

## *A experiência na Universidade de Chicago: ciência e militância no South Side*

Nogueira chegou a Chicago poucos meses após o fim da 2<sup>a</sup>. Guerra Mundial, momento em que ainda persistia um virulento racismo nos EUA, simultaneamente ao avanço dos movimentos negros e ao surgimento de novas organizações internacionais que tinham nos direitos civis um de seus focos de atuação. Além dos cursos em sociologia e antropologia na universidade, Oracy frequentou o seminário Black Metropolis ministrado pelos antropólogos negros St. Clair Drake e Horace R. Cayton no Abraham Lincoln Institute (NOGUEIRA, 1985: 63)<sup>23</sup>.

Desde o início do doutorado, Nogueira pretendeu desenvolver uma tese sobre as relações raciais no Brasil em perspectiva comparada com os EUA. Além dos cursos trimestrais no doutorado, ele viveu uma intensa experiência humana de pesquisa em Chicago. A seu colega da ELSP, o sociólogo Antonio Rubbo Muller, Nogueira declara que “te[enho] empregado boa parte do meu tempo em reuniões inter-raciais na chamada Black Belt”<sup>24</sup>, conjunto de bairros da zona sul de Chicago habitado majoritariamente por negros pobres. Em carta a Donald Pierson, ele informa que tem “tira[do] o máximo proveito tanto das vantagens oferecidas pela Universidade como do contacto com o povo. (...) Tenho atualmente um bom número de amigos íntimos no South Side, e frequento várias instituições que me proporcionam bastante oportunidade de observação”<sup>25</sup>.

Na condição de “observador participante”, Nogueira filiou-se à National Association for the Advancement of Colored People (NAACP), tradicional organização do movimento negro norte-americano, participou de encontros do Committee on Race Equality e do Anti-Discrimination Committee, frequentou o Abraham Lincoln Institute, o grupo religioso Baha’i, visitou igrejas e residências no bairro negro de Chicago, privou da amizade de afro-americanos e latino-americanos<sup>26</sup> (NOGUEIRA, 1985: 3) e conheceu duas das maiores universidades negras americanas: Fisk, na Virginia, e Howard, em Washington.<sup>27</sup>

---

23 Carta de Oracy Nogueira para Antonio Rubbo Muller, 10/11/1946, p. 1, Fundo Oracy Nogueira (de agora em diante FON/COC/FIOCRUZ). Entre cursos e professores, constam da experiência de Oracy Nogueira na Universidade de Chicago: Robert Redfield (*The Folk Society*); W. Lloyd Warner (*Comparative Institutions*); Louis Wirth (*Social Organization; Theory of Social Planning; History Sociological Theory*); Ernst W. Burgess (*The Study of Society; Introduction to Statistical Sociology*); Fay-Cooper Cole (*Introduction to Anthropology*); William F. Ogburn (*Theory of Social Change; Theory of Culture*), Herbert Goldhamer (*Theories of Personality*); Herbert Blumer (*Social Attitudes; Psychology and Social Movements; Advanced Social Psychology; Methodology and Logic of Social Research*); Charles W. Morris (*Theories of Values; General Theory of Signs*); J. D. Lohman (*Case Study in Racial and Cultural Tension*); Everett C. Hughes (*Introduction to Methods of Field Works; Cultural and Racial Contacts; Sociology of Occupations and Professions*), este último tendo sido orientador de Nogueira (Carta de Oracy Nogueira para Donald Pierson, s/d, FON/COC/FIOCRUZ).

24 Carta de Antonio Rubbo Muller a Oracy Nogueira, 10/11/1947, p. 1, FON/COC/Fiocruz.

25 Carta de Oracy Nogueira para Donald Pierson, 13/03/1947, 1p., FON/COC/FIOCRUZ.

26 Prova de Oracy Nogueira para a disciplina Sociologia 440, ministrada por J. D. Lohman, 1947, 1p., FON/COC/FIOCRUZ.

27 Jornal de Notícias. Não haverá afinidade entre nós e os elementos de cor dos E.E.U.U. 01/05/1949, p. 1.

A pesquisa realizada por Nogueira em Chicago vinha acompanhada por um engajamento político. Este se revela pela interação com pessoas residentes nas áreas depauperadas dos bairros negros da cidade mediante a participação em suas atividades culturais e religiosas. A experiência também deveria servir de base à reflexão sobre valores, afazeres sociológicos e aplicação do conhecimento. Nas palavras de Oracy:

Eu gostaria que os sociólogos fossem mais conscientes do que parecem ser hoje quanto ao fato das ciências sociais serem parte (...) dos movimentos sociais. É ridículo, ou pelo menos muito ingênuo, conceber uma ciência social completamente “neutra”, ou seja, indiferente ao destino dos movimentos sociais dos quais é parte (...). Eu acho que o papel do cientista social é ajudar os “menos favorecidos” e não fornecer justificativas para aqueles que desejam manter o atual “modus vivendi.”<sup>28</sup>

A visão crítica de Oracy transparece em diversos trabalhos de cursos e exames realizados no doutorado. Eles reúnem uma série de experiências intelectuais e de contato com os negros americanos. Oracy manifestava especial predileção pelo estudo comparativo entre as relações raciais nos EUA e na América Latina, particularmente o Brasil, não apenas destacando o significado dos diferentes padrões de interação racial, mas como incidiam sobre os vários grupos raciais nos respectivos países, incluindo a influência dos respectivos padrões de relações raciais sobre os estereótipos e as atitudes das populações norte-americana e latino-americana.<sup>29</sup> Nogueira verificou que os americanos tinham uma visão idealizada da sociedade brasileira. Admiravam a ausência de conflito racial no país. Analisavam as relações raciais nos EUA *per se*, sem considerarem a importância de uma abordagem da situação racial no contexto geral da cultura e da estrutura social tanto no Brasil quanto nos EUA.<sup>30</sup>

Em diversos trabalhos de cursos e exames realizados no doutorado, Nogueira foi delineando seu projeto de pesquisa a partir de um balanço da literatura acerca das relações raciais no Brasil. Cientistas sociais brasileiros e norte-americanos acreditavam na suposta ausência de preconceito e conflito racial no Brasil em função da abordagem positiva da “ideologia racial brasileira da miscigenação”, tendo por base os seguintes argumentos: 1) contatos entre povos ibéricos e mouros (pessoas de pele escura) que foram explorados durante séculos em seus países de origem; 2) a escassez de mulheres brancas nas colônias latino-americanas no começo da colonização; 3) a condição de minoria do grupo branco, pelo menos em certas áreas nos primeiros tempos, em comparação com as condições do mesmo

28 Nogueira, Oracy. Prova para a disciplina “Case Study in Racial and Cultural Tension”, ministrada por J. D. Lohman - Sociology 440, 1947, p. 2, FON/COC/FIOCRUZ.

29 NOGUEIRA, Oracy. “The Meaning of Latin America For Negro Americans”, 1947, p. 1. Outline of a Research Project. University of Chicago, FON/COC/FIOCRUZ.

30 NOGUEIRA, Oracy. A Situação Racial no Brasil e nos Estados Unidos, 1947, p. 5. FON/COC/FIOCRUZ.

grupo como maioria nos Estados Unidos; 4) a abolição da escravidão na América Latina sem derramamento de sangue, enquanto nos EUA ela demandou uma guerra civil; 5) os contatos da cultura africana com as culturas indígenas e europeias (portugueses); 6) o peso da escravidão, como instituição, na formação da sociedade brasileira; 7) os resultados dos intercassamentos e da miscigenação. É consenso ainda nessa literatura a posituação do papel das três raças (branco, negro e indígena) na formação da sociedade brasileira e no desenvolvimento da nacionalidade<sup>31</sup>.

Nogueira evidencia a presença desta visão otimista em diversos livros publicados nos EUA, entre 1939 e 1947, que abordam as relações raciais no Brasil. O primeiro deles, *Negroes in Brazil* (1942), de Donald Pierson, é considerado o estudo científico mais importante sobre o tema. Para Oracy, Pierson privilegiou a pesquisa da situação racial baiana e a distribuição das raças na estrutura social contemporânea da cidade de Salvador e apresentou aspectos históricos que elucidam o cenário baiano nos anos 1930. No caso específico da existência ou não de preconceito racial, Pierson concebe este fenômeno imerso no domínio da cultura. Oracy se detém em duas das hipóteses para futuros estudos que Pierson apresenta no final do livro que permitiriam observar, segundo o sociólogo estadunidense, a inexistência de conflitos raciais no Brasil. A primeira delas considera que ao longo de vários séculos a dominação dos mouros – povo de pele mais escura – sobre a sociedade portuguesa provocou situações ao mesmo tempo de subordinação e de intimidade. Esta herança mestiça moldaria uma variante mais suave da colonização própria à escravidão no Brasil. A narrativa de Pierson já se encontra em *Casa-grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, que, por sua vez, influenciou ainda outros autores, como o historiador Frank Tannenbaum, autor de *Slave and Citizen* (1947). O segundo argumento de Pierson refere-se à ausência de episódios sangrentos na história do país, como a Guerra Civil americana, que gerou ressentimentos e antagonismos entre brancos e negros.<sup>32</sup>

No caso da obra de Freyre, Oracy alerta que o sociólogo deveria estar mais atento aos casos negativos do padrão de relações raciais no Brasil, especialmente na região Sudeste, em que estaria em curso um processo de mudança social com a industrialização, a urbanização e a presença de imigrantes nas décadas mais recentes, diferente da região Nordeste. Esta, exemplificada pelos estados da Bahia e de Pernambuco, poderia oferecer uma imagem positiva das relações sociais tradicionais, contudo é no Sudeste que as transformações suscitadas pela industrialização permitiriam a observação de um novo perfil de interações

---

31 NOGUEIRA, Oracy, "Attitudes of Latin-American Students in the United States Towards This Country's Racial Situation" (Research Project), 3 p., Sociology 301 A – Advanced Field Studies, University of Chicago. FON/COC/Fiocruz, 1946a, p. 2; NOGUEIRA, Oracy, "Negroes in Brazil and in the United States (research project)", 6 p., Social Sciences 432 – Cultural and Racial Contacts, Department of Sociology, University of Chicago. FON/COC/Fiocruz, 1946b, p. 1.

32 IDEM. NOGUEIRA, Oracy. "Negroes in Brazil and in the United States (research project)", 6 p., Disciplina: Social Sciences 432 – Cultural and Racial Contacts. FON/COC/FIOCRUZ.

raciais<sup>33</sup>. Na avaliação de Oracy está implícito o crescimento das tensões raciais na região sudeste em função da modernização.

De acordo com Oracy, as visões compartilhadas por Pierson, Freyre e Tannenbaum não refletem a situação racial brasileira dos anos 1940. Ele propõe então uma reinterpretação das relações raciais no Brasil e nos EUA. O legado da miscigenação ibérica, que influenciou a colonização do Brasil, não resultou em superação dos preconceitos contra a população negra. Não obstante a ausência de conflito racial aberto no Brasil, Nogueira considera que os negros têm uma relação assimétrica com os brancos, fruto da ambivalência da sociedade brasileira que é, ao mesmo tempo, paternalista e preconceituosa, desvalorizando socialmente os negros<sup>34</sup>.

A “ideologia racial brasileira da miscigenação” aparece ainda em três livros de cientistas sociais brasileiros publicados nos EUA: *The Negro in Brazil* (1939), de Arthur Ramos; *Brazil: An Interpretation* (1945) e *The Masters and the Slaves* (1946), de Gilberto Freyre. Estes estudos creditam ao padrão de relações raciais no Brasil uma superioridade em face dos EUA. Ao perfil da herança ibérica constituído pela crença numa colonização mais branda, fruto do hibridismo, e pela inexistência de antagonismos raciais, acrescentam-se, na visão de Pierson, Ramos e Freyre, mais quatro características:

1. ausência de hostilidade entre “brancos” e “não brancos”, isto é, inexistência do conflito tal como manifestado em motins raciais, linchamentos ou depredações;
2. inexistência de políticas de segregação racial em áreas públicas, instituições ou zonas residenciais;
3. atitudes de tolerância da sociedade, senão de aprovação, quanto a casamentos inter-raciais;
4. a possibilidade de pessoas de cor ascenderem socialmente.<sup>35</sup>

Nogueira assinala que o padrão de relações raciais no Brasil, mesmo que visto como superior ao americano, apresenta situações de discriminação racial. Há diversos exemplos, como no mercado de trabalho, da preterição de pessoas de cor em benefício de cidadãos brancos. Os negros se concentram nas atividades manuais, de menor prestígio, em significativa desvantagem na competição com os brancos. Apesar da ideologia da miscigenação ser valorizada pela maior parte dos brasileiros, quanto mais escura for a cor do indivíduo, maior será o obstáculo para a ascensão social, assim como as reações

---

33 NOGUEIRA, Oracy, “The Meaning of Latin America For Negro Americans”, 1947, p. 3-4. Outline of a Research Project, FON/COC/FIOCRUZ.

34 NOGUEIRA, Oracy, “Negroes in Brazil and in the United States (research project)”, 6 p., Social Sciences 432 – Cultural and Racial Contacts, Department of Sociology, University of Chicago. FON/COC/Fiocruz, 1946b., p. 2-3.

35 NOGUEIRA, Oracy, “The Meaning of Latin America For Negro Americans”, Outline of a Research Project, 1947, p. 4, FON/COC/FIOCRUZ.

negativas, a exemplo dos casamentos inter-raciais, das severas restrições para a admissão de pessoas de cor em clubes recreativos, escolas e instituições religiosas<sup>36</sup>.

A diferença entre a situação racial americana e a brasileira não seria de grau e sim de qualidade<sup>37</sup>. Para fundamentar a distinção entre os dois países, Nogueira elege o tema da desigualdade. Ela ocorre na sociedade norte-americana centrada nos aspectos raciais, com a subordinação dos negros aos brancos independentemente de outras variáveis. Este padrão de interações raciais foi posteriormente definido por Oracy como “preconceito racial de origem”. No Brasil, por sua vez, aparência, classe, nível de instrução, ocupação, idade e relações pessoais interferem nos contatos entre “brancos e não brancos”, não obstante raça – ou melhor, cor – ser uma variável importante que permanentemente intervém no desenvolvimento de assimetrias raciais. Desse modo, Nogueira põe em evidência os principais aspectos que influenciam o preconceito, denominado poucos anos depois como “preconceito racial de marca”. A situação racial brasileira exigiria uma análise do “contexto geral da cultura e da estrutura social”<sup>38</sup>.

Desde meados dos anos 1940, o pensamento crítico de Oracy Nogueira sobre as relações raciais no Brasil se encontrava, em linhas gerais, definido. O doutorado na Universidade de Chicago e seu envolvimento social e político com a sociedade estadunidense reforçaram seu interesse em investigar o racismo em perspectiva comparada. Ao retornar dos EUA, no segundo semestre de 1947, trouxe em sua bagagem o projeto de doutorado intitulado “The Status System of a Brazilian Town”. Em princípio, ele pesquisaria a cidade de Tietê,<sup>39</sup> mas acabou se fixando em Itapetininga, uma dos municípios paulistas mais antigos. Paralelamente, retomou suas atividades de ensino na ELSP.

## *Relações Raciais em Itapetininga*

Quando Oracy Nogueira foi convidado para participar da pesquisa da UNESCO em São Paulo no final de 1950, ele era pesquisador, professor dos cursos de graduação e de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), coeditor da revista *Sociologia*, inicialmente com Emilio Willems e, em seguida, com Donald Pierson (NOGUEIRA, 1995: 124-126), e elaborava a tese de doutorado a partir de seu estudo em Itapetininga<sup>40</sup>.

---

36 NOGUEIRA, Oracy, “Negroes in Brazil and in the United States (research project)”, 6 p., Social Sciences 432 – Cultural and Racial Contacts, Department of Sociology, University of Chicago. FON/COC/Fiocruz, 1946b. p. 3.

37 Esta interpretação foi ampliada por Nogueira ao analisar os estudos do “Projeto Unesco” (Nogueira, 1955b, p. 415).

38 NOGUEIRA, Oracy, “Negroes in Brazil and in the United States (research project)”, 6 p., Social Sciences 432 – Cultural and Racial Contacts, Department of Sociology, University of Chicago. FON/COC/Fiocruz, 1946b, p. 3-6.

39 Carta de Oracy Nogueira a Donald Pierson, 17/08/1947, 1p., FON/COC/FIOCRUZ.

40 Em 1952, Oracy tentou voltar para os EUA para defender sua tese de doutorado. O governo norte-americano negou-lhe o visto por ser militante do PCB (Depoimento de Oracy Nogueira ao autor, 14/9/1995).

Ao escolher um município que contemplava pelo menos três séculos de história, o objetivo de Nogueira era realizar um estudo de comunidade representativo da sociedade nacional em mudança, que associasse dados sincrônicos e diacrônicos. Os estudos de comunidade se filiam a uma tradição de pesquisa oriunda das ciências sociais norte-americanas dos anos 1920 que representava, em termos metodológicos, uma transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia no estudo das sociedades ditas primitivas. Estas sociedades, em tal perspectiva, estavam destinadas a sofrer processos de mudança social (NOGUEIRA, 1955c).

O estudo sobre Itapetininga contemplou a história de uma das mais antigas comunidades paulistas, privilegiando a análise da estratificação social, o processo de mudanças sociais e seus efeitos sobre o padrão de relações raciais vigente na região. O eixo central da investigação é a interpretação dos mecanismos que limitavam a ascensão social de negros e mestiços e a forma de discriminação racial dominante na sociedade brasileira, ou seja, o “preconceito racial de marca”.

Do início do século XVIII ao primeiro quartel do XIX, Itapetininga, vila que se desenvolveu como prolongamento de Sorocaba, foi uma região de fronteira agrícola. Assim, a história da escravidão na localidade reproduz, na perspectiva de Oracy, a história do país, compreendendo “desde a fase de luta, dizimação e preamento de índios, à de substituição do trabalho indígena pelo do escravo africano e, finalmente, à da abolição geral do sistema de trabalho servil” (NOGUEIRA, 1955a: 368). Nesse intervalo de tempo, configurou-se uma estratificação social que se confundia com a divisão étnica, com os brancos, portugueses e descendentes, na posição de classe dominante, e índios, negros e mestiços – escravos ou homens livres – na condição de classe subalterna. Até o início do século XIX, a pecuária, a lavoura de subsistência e, em particular, o comércio de animais eram as principais atividades da localidade com a prevalência da mão de obra de origem indígena (IDEM, p. 369). Só com o predomínio do rentável investimento na plantação de cana-de-açúcar é que a mão de obra escrava e negra assume papel fundamental, especialmente no período compreendido entre a primeira tentativa de proibição do lucrativo tráfico negreiro até a sua abolição, de 1831 a 1850 (IBIDEM, p. 370-378).

Oracy analisa o processo de introdução de mão de obra negra escravizada na região, bem como o valor que esta assumia em uma economia marcada, inicialmente, pela pecuária, o comércio de animais e a lavoura de subsistência. Com o desenvolvimento agrícola a partir do início do século XIX, representado pela introdução da lavoura da cana, há um aumento na proporção de escravos sobre a população total. Contudo, o processo de branqueamento, com a incorporação de mulatos claros, redundava num perfil demográfico majoritariamente branco (IBIDEM, p. 375).

Uma evidência importante do fenômeno do branqueamento social, a singular expressão do racismo à brasileira<sup>41</sup>, verifica-se nos dados do censo de 1940, quando se registra no município de Itapetininga a presença, segundo a cor, de 89,77% de brancos, 5,21% de pretos, 3,99% de pardos e 1,11% de amarelos (IBIDEM, p. 362). A enorme desproporção entre brancos e negros é cuidadosamente analisada na segunda parte da investigação. Oracy coloca entre parênteses os dados do censo de 1940, semelhante a outros cientistas sociais que participaram do estudo da UNESCO e assim também o fizeram (RIBEIRO, 1956; COSTA PINTO, 1953), pois se basearam na autodeclaração, que tenderia a acentuar traços identificados com a cor branca em detrimento das características fenotípicas de pardos e negros (NOGUEIRA, 1955a: 459). Trata-se de um fenômeno social ao invés de um dado estatístico que tem como critério fundamental a aparência racial.

A análise de Nogueira sobre o preconceito racial não concebe a cor subsumida à classe social. Quando correlaciona os dados censitários com a estratificação social e a cor da pele, verifica que os brancos são o contingente majoritário em todas as classes sociais, enquanto os negros e os pardos estão em sua grande maioria nos setores subalternos, com reduzida representação nas camadas média e superior da sociedade. Assim, ele conclui que a cor tem um peso relativo como indicador de *status* social. Isto se verifica no processo de branqueamento e Nogueira afirma que: “a cor branca facilita a ascensão social, porém, não a garante, por si mesma; de outro lado, a cor escura implica antes numa preterição social que numa exclusão incondicional de seu portador” (IDEM, p. 479).

A abolição da escravidão, o advento da República e o incipiente processo de urbanização em Itapetininga não mudaram qualitativamente a relação assimétrica entre brancos, pardos e negros existente no período escravocrata. Em oposição à perspectiva de Pierson, que apostava na mudança, a curto ou médio prazo, da composição étnica das classes com o aumento do número de negros e mulatos nas camadas superiores, Oracy chama a atenção para os mecanismos de reprodução da estrutura social. Observa, neste sentido, que a ascensão desses indivíduos, embora ocorresse desde fins do século XIX, não aumentara significativamente a ponto de representar uma “mudança no ‘status’ coletivo da ‘gente de cor’” (IBIDEM, p. 480). Ainda que negros e mulatos ascendessem individualmente, sendo incorporados aos grupos brancos de classe média e alta, permaneciam, em sua maioria, adstritos às classes subalternas. O esforço de ascensão era também dificultado pela “transmissão por via de parentesco (oportunidades educacionais, direito sucessório, prestígio político etc.) das posições mais favoráveis, de uma geração a outra” (*ibidem*, p. 480).

Para entender esse processo assimétrico, Oracy lança mão da hipótese “de que os indivíduos de cor estão sujeitos a dificuldades específicas, que tornam sua ascensão social menos provável que a de elementos brancos”. A fim de verificá-la, ele realiza uma análise

---

41 Cavalcanti (1996) apresenta uma arguta análise das reflexões socioantropológicas de Oracy Nogueira sobre o branqueamento.

comparativa “da ‘carreira’ da ‘gente de cor’ e dos estrangeiros e seus descendentes, na sociedade local, de fins do século passado [século XIX] aos dias atuais [anos 1940]” (IBIDEM, p. 481).

Em geral, os imigrantes eram bem aceitos em Itapetininga, simbolizando expectativas de prosperidade para a região. Assim, no intervalo compreendido entre o fim do século XIX e os primeiros decênios do século XX, haviam alcançado, especialmente os italianos, plena participação social e política na comunidade. De início, os imigrantes estavam, em sua maioria, localizados na classe baixa, mas no espaço de cinquenta anos atingiram inúmeras posições, tanto nos setores médios como no interior da classe dominante, equiparando-se à condição das tradicionais famílias de origem portuguesa (IBIDEM, p. 485-491).

De modo inverso, houve quase uma estagnação na mobilidade vertical da população de cor, revelando um “peneiramento social”. As exceções confirmam a regra de que “a permeabilidade da estrutura social, aos elementos de cor da população, diminui progressivamente, da base para o alto, tornando-se quase nula, da parte superior da camada média para cima” (IBIDEM, 1955, p. 494).

Enquanto a ascensão social dos imigrantes independe de casamentos com membros das famílias tradicionais, no caso da população de cor, o matrimônio com pessoas brancas torna-se uma condição para a ascensão social e a aquisição ou a manutenção do *status*. Oracy estabelece ainda uma comparação entre as trajetórias profissionais de imigrantes e indivíduos de cor, observando que no primeiro caso houve maiores oportunidades de se alcançarem as classes média e alta à semelhança dos antigos colonizadores portugueses. Os pardos e negros, por sua vez, sofreram “quase completa impermeabilidade, com sua consequente retenção na camada social menos favorecida”. O branqueamento torna-se, assim, a única alternativa de mobilidade social para negros e pardos (IBIDEM, p. 502-505). Oracy inclusive questiona a recorrente afirmação de que o preconceito e a discriminação presentes na sociedade brasileira poderiam ser reduzidos ao preconceito de classe, não guardando relação com a raça ou a cor em si mesma, como diria Pierson (1945).

Contudo, Oracy ressalta o fato de que o *status* do indivíduo não é dado apenas pela cor. Embora os indivíduos de caracteres físicos identificados como pardos e negros compitam em situação de desigualdade com os brancos, ou seja, são preteridos de forma recorrente, havendo uma série de atributos psicológicos, sociais e culturais que, associados à cor, podem superar a barreira do preconceito, como “grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc.” (NOGUEIRA, 1955a: 513).

Esta hipótese, que ressalta a possibilidade de compensação da desvantagem da cor por outras características socialmente valorizadas, anunciada por Pierson (1945), ganha em complexidade com o trabalho de Nogueira, que observa que as dificuldades a serem vencidas são diretamente proporcionais ao matiz mais escuro da pele ou à maior

concentração de “caracteres negroides” no indivíduo (NOGUEIRA, 1955a: 513). Da mesma forma, o preconceito não cessava com a ascensão social, de modo que a manutenção da posição elevada conquistada entre os brancos dependia sempre de uma “acomodação” delicada: “qualquer conflito, qualquer contenda, qualquer atitude ou manifestação de comportamento, que atraia para si a hostilidade ou o ridículo, poderá servir de pretexto para se lhe lembrar o estigma racial” (IDEM, p. 513, p. 513-514).

Para Oracy, as representações coletivas e os estereótipos que se criaram em torno do negro durante a escravidão, e que refletiam as relações de dominação no interior daquela sociedade, haviam permanecido para além das condições que os engendraram, sendo mais um fator na reprodução das assimetrias sociais na nova ordem republicana. O preconceito informava tanto a atitude de brancos quanto a autoconcepção e os limites da aspiração social dos negros.

No entanto, este “precipitado ideológico” em matéria de relações raciais também era composto pelos “ideais de igualitarismo e de miscigenação” (IBIDEM, p. 513, p. 514). Trata-se de uma ideologia constitutiva do “*ethos* nacional”, de um “orgulho nacional” que se revela pela

convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, [o que faz com que] as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assum[am] o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira [...]. (NOGUEIRA, 1955b: 423-424)

Ademais, em se tratando de uma localidade com predominância dos contatos primários, negros e mulatos contavam ainda, para a manutenção de uma convivência estável com os brancos, com as relações de proximidade, face a face, que tornavam mais difícil sua identificação imediata com os estereótipos sobre a “gente de cor” (NOGUEIRA, 1955a, p. 516). Eles estavam envolvidos naquilo que Pierson denominara, com base na situação racial baiana, de “disseminada teia de relações pessoais” (PIERSON, 1945: 282).

Há, no entanto, outra face da “ideologia tradicional das relações” no Brasil e que assume maior relevância no estudo de Oracy. A transição de uma comunidade tradicional para uma sociedade moderna gera uma série de tensões. Com o aumento da mobilidade espacial, decorrente do processo de urbanização e industrialização, da substituição dos contatos primários pelos secundários e a emergência de situações de maior impessoalidade nas relações sociais, negros e mulatos são crescentemente alvo de estereótipos (NOGUEIRA, 1955a: 516). Dessa forma, há “uma maior probabilidade de exacerbação da consciência de cor, tende[ndo] a libertar os pretos e pardos do tradicional paternalismo do branco, tornando-os, portanto, afetivamente menos peiados para cuidar de seus interesses e reivindicações”

(IBIDEM, p. 516). Na medida em que o processo de mudança social se intensifica, surge uma consciência de classe dos setores subalternos, trazendo uma série de reivindicações, inclusive transformando o preconceito de cor num instrumento de “integração dos elementos de cor na luta de classes” (IBIDEM, p. 514). Enfim, a consciência de classe e do conflito racial, fruto da dinâmica das transformações sociais e da mobilidade social, propicia o desmascaramento da ideologia da fraternidade inter-racial.

Para Oracy, a passagem da sociedade tradicional para a moderna, quando surge a “consciência de cor”, coloca em questão a tradição paternalista em relação ao negro, mas ao mesmo tempo pode levar à luta contra o preconceito e, por conseguinte, à luta contra as classes dominantes (IBIDEM, p. 553). Nesta perspectiva, da mesma forma que em outros autores, como Costa Pinto (1953, p. 346), não estava descartada a possibilidade de um aguçamento da questão racial no país, fruto do desenvolvimento capitalista.

### *Considerações Finais*

No final dos anos 1970, ao identificar a pesquisa da UNESCO com a sua biografia, Florestan afirmou:

o impacto do estudo sobre negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças à origem que tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo -, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional “neutro”, “seco” e “impecável”. (FERNANDES, 1978: 96).

Oracy Nogueira, por sua vez, declarava que “a adesão ao socialismo intensificou meu interesse pelas pessoas de cor e seus problemas, dada a frequente coincidência entre a condição de trabalhador e a identificação como mulato ou preto” (NOGUEIRA, 1985: 62).

A iniciativa da UNESCO de patrocinar um ciclo de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil amplia o processo de profissionalização das ciências sociais em curso no país. Ademais, deslocou o interesse das pesquisas etnográficas sobre a vida cultural dos negros no Brasil, nas quais se procurava destacar a influência africana sobre a cultura brasileira, para as investigações de natureza sociológica, que privilegiavam as relações entre brancos e negros, tendo por objetivo abordar as mudanças sociais ocorridas no Brasil a partir do fim do regime escravocrata.

Desde o final dos anos 1970, a sociologia das relações raciais produzida nos anos 1950 recebeu uma série de críticas. Florestan Fernandes foi o principal alvo. Uma das interpelações ao sociólogo foi sua interpretação do preconceito racial como um resquício da herança escravocrata e, como tal, tendente a desaparecer com o surgimento de uma sociedade capitalista, democrática e competitiva. O sociólogo Carlos Hasenbalg se contrapôs a Florestan afirmando que preconceito e discriminação sofreram alterações após a abolição da escravidão assumindo novas funções e significados no contexto da estrutura social capitalista. Ao mesmo tempo, ele pondera que manifestações racistas do grupo racial dominante não são sobrevivências do passado, mas estão relacionadas com benefícios simbólicos adquiridos pelos brancos no processo de competição e desqualificação dos negros. Assim, Hasenbalg sustenta que não há uma lógica inerente ao desenvolvimento capitalista que gere incompatibilidades entre racismo e industrialização (HASENBALG, 1979).

Caso Hasenbalg escolhesse Oracy Nogueira como interlocutor no debate sobre as relações entre modernidade e racismo, teria dificuldade em estabelecer uma ruptura com a sociologia dos anos 1950. O estudo de Oracy Nogueira põe em questão uma espécie de senso comum a respeito do “projeto UNESCO de relações raciais”. Em geral, ele é analisado como um ciclo de pesquisas que reiterou a dimensão de classe atribuindo papel secundário à variável raça. O estudo de Oracy, *Relações Raciais em Itapetininga* apresenta de forma consistente os cruzamentos entre raça e classe. A análise da dinâmica da ascensão social, em perspectiva comparada, entre negros e imigrantes italianos e árabes, com origens sociais semelhantes, conforme visto neste artigo, permite verificar que a cor é uma variável fundamental no processo de preterição dos negros. Os imigrantes, num intervalo de cinco décadas (1890-1940) conseguiram ascender socialmente de forma bem mais acelerada que pardos e pretos.

As pesquisas de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira sobre as relações entre capitalismo e racismo ou acerca das interfaces entre mobilidade social e racialização, no contexto do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras no pós 2ª Guerra Mundial, revelam a importância de se revisitar a sociologia dos anos 1950, sociologia essa que ainda se constitui numa rica fonte de diálogo e de crítica em face dos dilemas sociais do século XXI.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDREWS, George Reid. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: University of Wisconsin Press, 1991.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do Século XX*. São Paulo: Edusc, 2001.

AZEVEDO, Thales. *Les Élités de Couleur Dans Une Ville Brésilienne*. Paris: UNESCO, 1953.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *O Preconceito Racial em São Paulo (projeto de estudo)*, Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1951. n.118.

BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1955.

CANDIDO, Antonio. Informação Sobre a Sociologia em São Paulo. In *Ensaio Paulistas*. São Paulo, Editora Anembi, 1958.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira e a Antropologia no Brasil: O estudo do estigma e do preconceito racial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1996. n. 31: 5-28.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovô Nagô e Papai Branco: Usos e Abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FERNANDES, Florestan. Do Escravo ao Cidadão. In: Bastide, R.; Fernandes, F. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo, Editora Anembi, 1955a.

\_\_\_\_\_. Cor e Estrutura Social em Mudança. In: Bastide, R.; Fernandes, F. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anembi, 1955b.

\_\_\_\_\_. A Luta Contra o Preconceito Racial. In: Bastide, R.; Fernandes, F. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anembi, 1955c.

\_\_\_\_\_. *O Negro No Mundo Dos Brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. A Sociologia como Afirmação, In: *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976[1962].

\_\_\_\_\_. *A Condição do Sociólogo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Memória, Entrevista, Florestan Fernandes, *Revista Teoria e Debate*, nº 13. <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=687>, acesso em 06/08/2008.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes, Histórias e Histórias: depoimento a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1995. nº 42, p. 3-31.

FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves*. New York, Alfred A. Knopf, 1946.

\_\_\_\_\_. *Brazil: An Interpretation*. New York: Alfred A. Knopf, 1945.

----- . *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 3ª edição.

1938.

GRIN, Monica; MAIO, Marcos Chor. O Antirracismo da ordem e do bom senso no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. *Topoi, Revista de História*, vol. 14, n. 26, p. 33-45.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política, in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/ Vértice/ Finep, 1989.

MAIO, Marcos Chor. *A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, 1997.

----- . O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1999. vol. 40, n. 14, 1999, p. 141-158.

MASSI, Fernanda Peixoto. Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960), in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice/Finep. 1989. vol.01

MÉTRAUX, Alfred. UNESCO and the racial problem. In. *International Social Science Bulletin*. 1950. vol. II, n° 3, p. 384-390.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais”, in S. Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice/Finep. 1989. vol 1.

NASCIMENTO, Abdias. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2ª edição, 1982.

NOGUEIRA, Oracy. Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. *Sociologia*. 1942a. vol. IV, n° 4, p. 328-358.

----- . Relações Raciais No Município de Itapetininga, in R. Bastide & F. Fernandes (orgs.), *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955a.

----- . Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem (Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). *Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas*. São Paulo: Editora Anhembi, 1955b.

----- . Os Estudos de Comunidades no Brasil. *Revista de Antropologia* 3. 1955c. p. 95-103.

----- . *Tanto Preto Quanto Branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1985.

----- . Depoimento dado a Mariza Corrêa. *História, Ciência e Saúde: Manguinhos*. 1995. vol. 2, n° 2, p. 119-134.

\_\_\_\_\_. *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo*. Fiocruz, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. In. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 59-79

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. The Anthropology of anthropology: the Brazilian Case. *Série Antropologia*, nº 110. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, (1991[1981]).

PEIXOTO, Fernanda. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. Edusp/Faperj, 2000.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos Na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

\_\_\_\_\_. *Negros in Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

\_\_\_\_\_. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968[1945].

\_\_\_\_\_. Race Prejudice as Revealed in the Study of Racial Situation. In. *International Social Science Bulletin*, 1950. vol. II, nº 4, p. 467-478.

RAMOS, Arthur. *The Negro in Brazil*. Washington, D.C., The Associated Publishers, Inc. 1939.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, René. *Religião e Relações Raciais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*. Beacon Press, 1946.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a Escola de Chicago na Sociologia Brasileira: Entre Humanistas e Messiânicos*. Lisboa, Edições Veja, 1998.

WAGLEY, Charles. *Race and Class in Rural Brazil*, Paris: UNESCO, 1952

WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales & COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Uma Pesquisa Sobre a Vida Social no Estado da Bahia*. Salvador, Publicações do Museu do Estado, 1950. nº 11.

WILLEMS, Emílio. Racial Attitudes In Brazil. *American Journal of Sociology*, 1949. vol. 54, p. 402-408.

*Texto recebido em 11 de julho de 2014*